



CNPJ  
09.769.035/0001-64



SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001 - CAPITAL AUTORIZADO - R\$ 1.400.000.000,00 - CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO - R\$ 1.176.934.350,77**

**Senhores Acionistas:**

A Diretoria da Companhia Pernambucana de Saneamento Compesa, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório de administração e as Demonstrações Contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002.

**Relatório de Atividades**

A política de gestão da COMPESA em 2002 foi direcionada para a reestruturação administrativa da empresa e buscou ampliar a oferta e melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade pernambucana.

O apoio do Governo do Estado foi mais uma vez decisivo à consecução desta meta, dando prosseguimento ao Programa ÁGUAS DE PERNAMBUCO. As principais ações desse Programa no último exercício foram: (I) conclusão das obras da Adutora do Oeste, regularizando o abastecimento de água de diversos municípios do Sertão do Araripe, antes atendidos precariamente através de carros-pipa; (II) continuação das obras dos sistemas Camevô, Amora Grande e Várzea do Una, que em 2003 deverão regularizar o abastecimento de água de Caruaru, Gravata e Camaragibe / São Lourenço, respectivamente; (III) início das obras de ampliação do abastecimento de água de Moreno, com recursos do contrato firmado com o KFW; e (IV) formação de banco de projetos de engenharia, incluindo o Sistema Adutor de Pirapama, para reforço do abastecimento de água da RMR e o Sistema de Esgotos da Bacia do Tejiú, para ampliação da cobertura de esgotamento sanitário do Recife, além de diversos outros projetos estruturadores de médio e pequeno portes, que propiciam os meios indispensáveis à captação de recursos de fontes externas para execução das obras.

Cumpra também ressaltar a celebração de contrato de consultoria com a Fundação Getúlio Vargas para implementação da 1ª etapa da modernização administrativa da COMPESA, incluindo o programa de motivação de pessoal e de ações comerciais de recuperação de receitas e aproximação dos clientes. O "call center" gratuito, as lojas de serviços, os novos mecanismos de parcelamento de débitos e as campanhas de conscientização sanitária, para reduzir desperdícios e perdas de faturamento, constituíram também ações mercedoras de destaque em 2002.

Os principais indicadores financeiros do exercício de 2002 constam do quadro abaixo:

Indicadores Financeiros	Em milhares de R\$			Variação	
	2002	2001	2000	2002/2001	2001/2000
Receita Operacional	291.775	252.001	205.905	15,78	22,38
Despesa Operacional	285.669	232.333	215.916	22,95	7,60
Resultado Operacional	(15.342)	2.183	(10.011)	(602,79)	(121,80)
Margem de Despesa Operacional	0,97	0,922	1,049	5,20	(12,11)
Encargos Financeiros	21.450	17.484	32.302	22,68	(45,87)
Patrimônio Líquido	914.323	852.153	762.030	7,29	11,82
Lucro (Prejuízo)	(13.109)	4.948	(46.964)	(164,93)	(110,53)
Liquidez Corrente	2,17	2,268	2,250	(4,32)	0,78
Lucro (Prejuízo) Por Ação	(0,483)	0,196	(1,999)	(146,42)	(109,83)

Os indicadores de desempenho da COMPESA em 2002 tiveram um comportamento diferente do verificado no exercício de 2001, em virtude de fatores correlacionados com a economia do país, que influenciaram o

crescimento dos custos de serviços e insumos básicos utilizados pela empresa, a exemplo dos produtos químicos, que tiveram um aumento médio de 17,54%, luz e força de 37,59% e demais serviços de 16,28%.

Achamos prudente, após análise das pendências do "contas a receber" dos usuários, reconhecer como perdas, conforme faculta o Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.430/96), um montante superior a R\$ 23 milhões, o que sobremaneira concorreu também para a mudança do cenário de lucro.

Por outro lado, o atual cenário do setor de saneamento básico no país está exigindo cada vez mais eficiência, qualidade e produtividade, como fatores determinantes da sobrevivência das estações de saneamento.

Há, pois, ainda um longo caminho a ser percorrido, exigindo perseverança na consecução das ações necessárias à continuação do processo de reestruturação administrativa da COMPESA, na captação de novos recursos para os investimentos que se fazem necessários à eficiência do seu parque operacional e, principalmente, para expansão dos índices de cobertura em abastecimento de água e esgotamento sanitário do Estado, nos moldes do realizado pelo Programa Águas de Pernambuco.

Recife, 24 de Abril de 2003  
Pela Diretoria  
Gustavo da Mata Pontual Sampaio

**BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001 (em reais)**

ATIVO	SALDOS EM R\$1,00		ANALISE		
	2002	2001	VERTICAL	HORIZONTAL	2002/2001
<b>CIRCULANTE</b>	<b>263.931.337</b>	<b>232.750.562</b>	<b>22,83%</b>	<b>21,76%</b>	<b>13,40%</b>
Disponibilidades	20.280.623	15.489.806	1,75%	1,45%	30,93%
Bens Numerários	973.906	1.524.024	0,08%	0,14%	-36,10%
Depósitos Livres	9.805.114	9.827.874	0,85%	0,92%	-0,23%
Títulos Vinc. ao Merc. Aberto	9.501.603	4.137.908	0,82%	0,39%	129,62%
<b>Créd. Direitos e Out Val Realizáveis</b>	<b>243.650.714</b>	<b>217.260.755</b>	<b>21,08%</b>	<b>20,31%</b>	<b>12,15%</b>
Contas a Receber de Usuários	213.463.004	194.314.619	18,46%	18,17%	9,85%
Contas de Usuários a Faturar	3.838.713	0	0,33%	0,00%	100,00%
Créditos a Receber	15.401.544	14.273.319	1,33%	1,33%	7,90%
Valores e Bens	396.945	360.534	0,03%	0,03%	10,10%
Estoques para Operação	9.938.851	7.818.919	0,86%	0,73%	27,11%
Despesas do Exercício Seguinte	611.657	493.365	0,05%	0,05%	23,98%
<b>REAL A LONGO PRAZO</b>	<b>66.777</b>	<b>520.658</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,05%</b>	<b>-87,17%</b>
Empréstimos Compulsórios	0	453.880	0,00%	0,04%	-100,00%
Outras Contas	66.777	66.777	0,01%	0,01%	0,00%
<b>PERMANENTE</b>	<b>892.049.394</b>	<b>836.292.704</b>	<b>77,16%</b>	<b>78,19%</b>	<b>6,67%</b>
Investimentos	3.642.200	3.642.200	0,32%	0,34%	0,00%
Imobilizado	888.407.195	832.650.505	76,85%	77,85%	6,70%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.156.047.508</b>	<b>1.069.563.924</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>8,09%</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

PASSIVO	SALDOS EM R\$1,00		ANALISE		
	2002	2001	VERTICAL	HORIZONTAL	2002/2001
<b>CIRCULANTE</b>	<b>121.141.938</b>	<b>102.642.548</b>	<b>10,48%</b>	<b>9,60%</b>	<b>18,02%</b>
Contas a Pagar	89.082.871	68.422.675	7,71%	6,40%	30,19%
Amortiz Vinc. de Financ.	4.156.027	3.895.202	0,36%	0,36%	6,70%
Prov. para Contingências	18.589.852	19.008.026	1,51%	1,78%	-2,31%
Provisões para Férias	5.074.600	5.799.283	0,44%	0,54%	-12,50%
Outros Val. Exig. Curto Prazo	4.258.578	5.517.361	0,37%	0,52%	-22,81%
<b>EXIG. A LONGO PRAZO</b>	<b>120.582.372</b>	<b>114.768.811</b>	<b>10,43%</b>	<b>10,73%</b>	<b>5,07%</b>
Financiamentos Obtidos	56.626.678	50.276.829	4,90%	4,70%	12,63%
Prov. Divs e Ctas a Pagar	63.955.694	64.491.983	5,53%	6,03%	-0,83%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>914.323.198</b>	<b>852.152.564</b>	<b>79,09%</b>	<b>79,67%</b>	<b>7,30%</b>
Capital Social	1.176.934.350	1.091.759.429	101,81%	102,08%	7,80%
Reservas de Capital	4.038.158	1.372.184	0,35%	0,13%	194,29%
Prejuízos Acumulados	(337.891.321)	(324.781.830)	(29,23%)	(30,37%)	4,04%
Créd. p/Integraliz. Aum Capital	71.242.011	83.802.781	6,16%	7,84%	-14,99%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.156.047.508</b>	<b>1.069.563.924</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>8,09%</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO COMPARATIVA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001 (em reais)**

CONTAS	SALDOS EM R\$1,00		ANALISE		
	2002	2001	VERTICAL	HORIZONTAL	2002/2001
<b>RECEITA BRUTA DE VENDA DE SERVIÇOS</b>	<b>291.775.261</b>	<b>252.000.791</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>15,78%</b>
Serviços de Abast. de Água	231.367.760	197.503.696	79,30%	78,37%	17,15%
Diretas do Serviço de Água	209.569.626	179.052.620	71,83%	71,05%	17,04%
Indiretas do Serviço de Água	21.798.135	18.451.076	7,47%	7,32%	18,14%
Serviços de Esgoto Sanitário	60.407.501	54.497.095	20,70%	21,63%	10,85%
Diretas do Serviço de Esgoto	60.375.886	54.466.600	20,69%	21,61%	10,85%
Indiretas do Serviço de Esgoto	31.615	30.496	0,01%	0,01%	3,67%
(-) Deduções Imp. s/Vendas e Serviços	10.569.424	9.397.228	3,62%	3,73%	12,47%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>281.205.837</b>	<b>242.603.563</b>	<b>96,38%</b>	<b>96,27%</b>	<b>15,91%</b>
(-) Custo dos Serviços Prestados	214.626.519	188.486.462	73,56%	74,80%	13,87%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>66.579.318</b>	<b>54.117.100</b>	<b>22,82%</b>	<b>21,47%</b>	<b>23,03%</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>81.921.990</b>	<b>51.933.824</b>	<b>28,08%</b>	<b>20,61%</b>	<b>57,74%</b>
Despesas Comerciais	35.013.278	14.048.629	12,00%	5,57%	149,23%
Despesas Administrativas	22.129.020	18.915.147	7,58%	7,51%	16,99%
Despesas Financeiras	21.450.054	17.484.218	7,35%	6,94%	22,68%
Despesas Tributárias	3.329.638	1.485.831	1,14%	0,58%	124,09%
<b>RESULTADO OPER. LÍQUIDO (15.342.672)</b>	<b>2.183.276</b>	<b>-5.26%</b>	<b>0,87%</b>	<b>-802,74%</b>	
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	9.920.693	10.386.548	3,40%	4,12%	-4,49%
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	7.687.512	6.108.244	2,63%	2,42%	25,85%
<b>RESULTADO NÃO OPERAC. LUCRO LIQ. (PREJUÍZO) PERÍODO ANTES DO I. R. E DA CSLL</b>	<b>(13.109.491)</b>	<b>6.461.581</b>	<b>-4,49%</b>	<b>2,56%</b>	<b>-302,88%</b>
<b>PROVISÕES</b>	<b>-</b>	<b>1.513.856</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,60%</b>	<b>-100,00%</b>
Para o Imposto de Renda	-	1.106.777	0,00%	0,44%	-100,00%
Para a Contribuição Social	-	407.080	0,00%	0,16%	100,00%
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>	<b>(13.109.491)</b>	<b>4.947.724</b>	<b>-4,49%</b>	<b>1,96%</b>	<b>-364,96%</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO</b>	<b>-0,482</b>	<b>0,196</b>			

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001**

Saldos em 31 de dezembro de 2000	RESERVA DE CAPITAL		PREJUÍZO ACUMULADO	SUBTOTAL	ADIANT. P/ AUMENTO CAPITAL
	CAPITAL SOCIAL	AUXÍLIO PARA OBRAS			
	<b>1.018.630.817</b>	<b>954.002</b>	<b>(329.729.554)</b>	<b>689.855.265</b>	<b>72.174.665</b>
<b>Aumentos do Capital :</b>					
AGO-AGE/30/04/2001					
- Auxílio para Obras		953.985	(953.985)	0	0
9ª.RCDA/03/07/2001				(72.174.626)	(72.174.626)
- Com Créditos do Governo Estadual		72.174.626		72.174.626	72.174.626
Auxílio para Obras		1.372.167		1.372.167	1.372.167
Recursos p/Aumentos de Capital				83.802.742	83.802.742
Lucro do Exercício			4.947.724	4.947.724	4.947.724
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2001</b>	<b>1.091.759.429</b>	<b>1.372.184</b>	<b>(324.781.830)</b>	<b>768.349.783</b>	<b>83.802.781</b>
<b>Aumentos do Capital :</b>					
AGO-AGE/30/04/2002					
- Auxílio para Obras		1.372.183	(1.372.183)	0	0
7ª.RCDA/07/07/2002					
- Com Créditos do Governo Estadual		83.802.738		83.802.738	(83.802.738)
Auxílio para Obras		4.038.157		4.038.157	4.038.157
Recursos p/ Aumentos de Capital				71.241.968	71.241.968
Prejuízo do Exercício			(13.109.491)	(13.109.491)	(13.109.491)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2002</b>	<b>1.176.934.350</b>	<b>4.038.157</b>	<b>(337.891.321)</b>	<b>843.081.187</b>	<b>71.242.011</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS COMPARATIVA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001 (em reais)**

ORIGENS DOS RECURSOS	2002	2001
	<b>Das Operações</b>	
Lucro/Prejuízo do Exercício	(13.109.491)	4.947.724
	(13.109.491)	4.947.724
<b>De valores que não representam movimentação de recursos</b>		
Depreciação e Amortizações	15.871.123	14.594.314
Encargos Financeiros	18.261.624	2.960.066
Valor Residual de Baixas do Imobilizado	0	914.872
	34.132.747	18.469.252
<b>Dos Acionistas</b>		
Recursos Destinados a Aumento de Capital	71.241.968	83.802.742
	71.241.968	83.802.742
<b>De Terceiros</b>		
Auxílio para Obras	4.038.158	1.372.167
Acrescimo do Exigível a Longo Prazo	6.313.725	0
Redução/Aumento do Realizável Longo Prazo	453.880	0
	10.805.763	1.372.167
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>	<b>103.070.988</b>	<b>108.591.885</b>
<b>APLICAÇÕES DOS RECURSOS</b>		
Aumento do Realizável Longo Prazo	0	35.506
Aquisições de Imobilizado	71.627.814	78.644.285
Transferência do Exig. a L. Prazo p/ o Circulante	18.761.789	9.560.144
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b>90.389.602</b>	<b>88.239.935</b>
<b>VARIACÃO DO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO</b>	<b>12.681.385</b>	<b>20.351.951</b>
<b>REPRESENTADO POR:</b>		
Variação no Ativo Circulante	31.180.775	35.279.961
Variação no Passivo Circulante	18.499.390	14.928.010

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

CONTINUA

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA, é uma sociedade por ações em regime de economia mista, autorizada pela Lei n.º 6.307, de 29 de julho de 1971, tendo como principal objetivo social o planejamento e a execução de abastecimento d'água e de sistema de esgotamento sanitário, além do aproveitamento dos recursos hídricos em todo o Estado de Pernambuco. Conta, para esse fim, com um quadro de 3.499 empregados (3611 em 2001).

**2. PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei n.º 6.404/76. A partir de 01 de janeiro de 1996 não mais é previsto, o reconhecimento dos efeitos inflacionários.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Os principais critérios adotados para elaboração das demonstrações contábeis foram:

**a) Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência dos exercícios.

**b) Aplicações Financeiras**

São investimentos temporários de liquidez imediata, demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**c) Estoques**

Avaliado ao custo médio de aquisição que não excede aos custos de reposição ou valores líquidos de realização.

**d) Investimentos**

O valor dos investimentos está avaliado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

**e) Imobilizado**

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear cujas taxas utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil desses ativos.

**f) Diferido**

O ativo diferido está registrado pelo custo corrigido até 31 de dezembro de 1995. A amortização é calculada pelo método linear à taxa de 20% (vinte por cento) ao ano.

**g) Impostos e Contribuições Sociais**

Os impostos e contribuições sociais vencidos foram atualizados pelos encargos financeiros até a data do Balanço. Os parcelamentos dessas obrigações estão demonstrados pelo valor das parcelas acrescidas de encargos legais

**h) Fornecedores e Empreiteiros**

Estão registrados pelo valor da fatura original, acrescido dos encargos financeiros previstos contratualmente.

**i) Empréstimos e Financiamentos**

Estão atualizados pela variação monetária, acrescida dos respectivos encargos incorridos até a data do balanço.

**j) Recursos destinados para Aumento de Capital**

Os recursos recebidos com expressa condição de serem aplicados em Integralização de futuro aumento do capital Social, são classificados diretamente no Patrimônio Líquido.

**4. CONTAS A RECEBER**

O saldo desta conta está assim constituído:

	2002	R\$	2001
Faturamento d'água e Esgotos Sanitários	173.075.804		157.548.602
Prestação de Outros Serviços	22.520.347		20.496.069
Parcelamento Contas d'água e Esgotos Sanitários	17.866.853		16.269.947
<b>Total</b>	<b>213.463.004</b>		<b>194.314.618</b>

**5. IMOBILIZADO**

Os saldos são compostos como segue:

	R\$				Taxas Anuais de Depreciação (média)
	2002	2001	2002	2001	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
<b>Em Operação</b>					
Abastecimento d'água	526.633.443	-145.117.456	381.515.987	392.537.300	2%
Esgotos Sanitários	165.661.327	67.329.424	98.331.903	98.551.416	20%
Bens de Uso Geral	58.820.113	42.752.713	16.067.400	14.829.017	10%
<b>Total</b>	<b>751.114.883</b>	<b>-255.199.593</b>	<b>495.915.290</b>	<b>505.917.733</b>	
<b>Em Andamento</b>					
Abastecimento d'água	353.464.055		353.464.055	288.927.099	
Esgotos Sanitários	38.485.942		38.485.942	37.263.764	
Bens de Uso Geral	541.908		541.908	541.908	
<b>Total</b>	<b>392.491.905</b>		<b>392.491.905</b>	<b>326.732.771</b>	
<b>Total</b>	<b>1.143.606.788</b>	<b>-255.199.593</b>	<b>888.407.195</b>	<b>832.650.504</b>	

As quotas de depreciação do exercício, no valor de R\$ 15.871.123,21 (R\$14.594.314,12 em 2001) foram totalmente absorvidas no resultado do exercício.

**6. CONTAS A PAGAR**

Os saldos são compostos como segue:

	R\$			R\$	
	2002	2001		2002	2001
<b>No Circulante:</b>			<b>No Longo Prazo:</b>		
Fornecedores e Empreiteiros	12.330.539	14.200.529	REFIS	13.356.573	22.160.710
Confissão de Dívida	18.930.567	19.523.193	FNDE - Confissão de Dívida	6.313.725	0
Impostos e Contribuições a Recolher	16.680.922	13.365.592	Fundação COMPESA de Previd - COMPREV	43.868.711	41.639.870
Serviços Prestados	29.568.969	11.505.415	Provisões Diversas	416.685	691.403
Contribuições Sociais	8.167.535	6.400.628			
Outras Contas a Pagar	3.402.337	3.427.317			
<b>Total</b>	<b>89.082.871</b>	<b>68.422.674</b>		<b>63.955.694</b>	<b>64.491.983</b>

**PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL**

Em 24 de abril de 2000, a empresa formalizou a opção pelo REFIS, para regularizar os débitos junto a Receita Federal e ao INSS. A composição deste débito consolidado é a seguinte:

Imposto	Vr. do Principal	Vr. dos Encargos	Saldos em 24/04/2000	Valor Compensado	Valor a Pagar
INSS	26.542.609	43.895.976	70.438.585	43.895.976	26.542.609
PASEP	1.845.472	1.850.513	3.695.984	1.850.513	1.845.472
COFINS	9.813.593	9.594.050	19.407.643	5.463.887	13.943.756
<b>TOTAL</b>	<b>38.201.673</b>	<b>55.340.539</b>	<b>93.542.212</b>	<b>51.210.376</b>	<b>42.331.836</b>

A Companhia fez a opção pela modalidade de parcelamento em 60 meses, sendo os valores remunerados com base na TJLP - taxa de juros a longo prazo, que não estão sujeitos ao limite de pagamento com base no percentual do faturamento. Esta opção considerou como item relevante a redução da taxa de juros aplicáveis aos referidos débitos, passando de SELIC, que corrigia os impostos. Os ajustes em função da adesão ao REFIS totalizou R\$ 50.878.681 lançado em conta de Patrimônio Líquido, com ajustes de exercícios anteriores.

O total pago desde a data de opção ao REFIS, em 24 de abril de 2000, até 31 de dezembro de 2002 foi de R\$ 23.689.080 (em 2001 R\$ 10.184.347). Ao aderir ao REFIS, a Companhia assumiu a obrigatoriedade de pagamentos regulares dos impostos e contribuições, conforme determinação legal.

**CONFISSÃO DE DÍVIDA**

A Companhia celebrou em outubro de 2002 um Instrumento Particular de Ré-ratificação de Dívida com a Fundação COMPREV DE SEGURIDADE SOCIAL, tendo como interveniente o Banco do Estado de Pernambuco S/A, no montante de R\$ 45.260.626, correspondente ao débito atualizado até outubro/2001, mediante as seguintes condições:

- Vencimentos das Parcelas: a primeira a partir de 30/11/2002 e assim sucessivamente nos meses subsequentes;
- Prazo de Amortização: 240 meses;
- Taxa de Juros: 0,565415% ao mês, equivalente a 7% ao ano;
- Atualização Monetária Mensal: INPC do IBGE.

**7. FINANCIAMENTOS**

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

	R\$			
	2002	2001	2002	2001
	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	CIRCULANTE	LONGO PRAZO
Moeda Nacional				
Caixa Econômica Federal	● 4.156.027	● 56.626.678	● 50.276.829	● 3.640.013
Banco do Nordeste /FINEP				● 255.189
<b>Total</b>	<b>4.156.027</b>	<b>56.626.678</b>	<b>50.276.829</b>	<b>3.895.202</b>

① Financiamentos obtidos junto à Caixa Econômica Federal, destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento d'água e esgotos sanitários em Recife e demais cidades do estado de Pernambuco. Incidem juros de 6,5% a.a., vencíveis mensalmente, acrescidos da variação da Unidade Padrão de Referência Diária UPR-D. O vencimento final desses financiamentos está previsto para o ano de 2009.

② A captação dos recursos financeiros junto ao Banco do Nordeste /FINEP, destina-se à elaboração de projetos de saneamento básico, para sistemas públicos de abastecimento de água e esgoto sanitário em comunidades do estado de Pernambuco. Incidem juros de 10% a.a., mais a variação da TJLP com redutor de 6% a.a. e "Del-credere" de 2% a.a., mensalmente, com liquidação no ano de 2002.

**8. CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS**

A administração, com base em análise conjunta com os seus consultores jurídicos, constituiu provisão considerada suficiente para fazer face à prováveis desfechos desfavoráveis à Companhia, em andamentos nas estâncias administrativa e judicial, no valor de R\$ 18.230.245 (R\$19.008.028 em 2001)

Existe na esfera judicial, processos movidos pela Prefeitura da Cidade do Recife referente a cobrança do Imposto sobre Serviços incidente sobre o faturamento de água e esgoto da Companhia. Estes processos se encontram em fase inicial de discussão na esfera judicial e, por falta de uma legislação que trate sobre a matéria em questão, do ponto de vista doutrinário, esta matéria deverá levar algum tempo para ser apreciada. A Companhia entende que estas ações não devem ser consideradas como contingências judiciais.

**9. CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL**

Trata-se de valores transferidos pelo Governo do Estado de Pernambuco para serem utilizados em futuro aumento de capital na Companhia, conforme determina a Instrução Normativa n125/91, da Secretaria da Fazenda Nacional.

**10. AUXÍLIO PARA OBRAS**

Representa os recursos recebidos e destinados a investimentos em obras e/ou serviços, aguardando a formalização dos atos legais para a sua Integralização ao capital.

**11. CAPITAL SOCIAL**

O capital social é composto por ações sem valor nominal assim distribuídas:

Tipo de Ação	Quantidade de Ações 2002	Quantidade de Ações 2001
Ordinárias	27.067.312	25.102.999
Preferenciais	76.612	76.515
<b>Total</b>	<b>27.143.924</b>	<b>25.179.514</b>

As ações preferenciais não têm direito a voto porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros.

O Governo do Estado de Pernambuco participa com 99,72% (em 31.12.2001 era de 99,70%), do capital social da Companhia.

**12. PLANO DE APOSENTADORIA**

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência e Assistência - COMPREV, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de planos de benefícios complementares, ou assemelhados aos concedidos pelo sistema previdenciário, a seus empregados. Na qualidade de patrocinadora a Companhia, contribuiu até novembro de 2000 com a taxa de 8,39% (oito vírgula trinta e nove por cento) da folha de remuneração de todos os empregados, sendo 2,5% (dois vírgula cinco por cento) correspondente a contribuição amortizante e 5,89% (cinco vírgula oitenta e nove por cento) correspondente a contribuição normal.

Com a implantação da Emenda Constitucional n.º 20/98, a Companhia passou, em dezembro de 2000 a contribuir com a taxa de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) correspondente a contribuição amortizante e a contribuição normal passou a ser igual ao valor das contribuições recolhidas pelos participantes ativos e assistidos.

**13. RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAL**

Compõem-se de:

	R\$	
	2002	2001
<b>Receitas</b>		
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	5.602.078	7.093.184
Indenizações e Ressarcimentos de Despesas	3.438.913	1.911.382
Outras Receitas	879.702	1.381.983
<b>Total</b>	<b>9.920.693</b>	<b>10.386.549</b>
<b>Despesas</b>		
Perdas Eventuais/Extraordinárias	680.736	506.736
Funcionários a Disposição de Outros Órgãos	5.494.032	5.295.994
Custo de Bens/Materiais Baixados	0	9.399
Outras Despesas	1.512.744	296.115
<b>Total</b>	<b>7.687.512</b>	<b>6.108.244</b>

**14. CONTINGÊNCIAS FISCAIS**

A declaração de imposto de renda e demais encargos tributários resultantes das operações da Companhia, estão sujeitas a exames por parte das autoridades fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

CONTINUA

**15. CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS DA EMPRESA**

A Prefeitura Municipal de Petrolina, através do protocolo de entendimento realizado com o Governo do Estado de Pernambuco, datado de 03/12/2001, expressou a vontade de retomada da concessão dos serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário ora explorado pela Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, antes do término do contrato de concessão, previsto para o ano 2025, com o intuito de privatização ou municipalização dos serviços de água e esgoto daquela localidade.

Com essa finalidade foi editada a Resolução CDRE nº 01/2003, em 23/01/2003, pela Comissão Diretora de Reforma do Estado de Pernambuco, que aprovou o TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO DE CONCESSÃO, firmado entre a COMPESA e o Município de Petrolina, com a intervenção do Governo do Estado de Pernambuco, o qual foi elaborado de comum acordo entre as partes, sendo assessorado pelo International Finance Corporation-IFC.

**16. RECEITAS OPERACIONAIS CONSUMO NÃO MEDIDO A FATURAR**

A partir do exercício de 2002, a COMPESA reconheceu como Receita Operacional, o consumo não medido a faturar relativo a competência 12/2002;

Diretas do Serviço	2002	2001
Água	2.409.476	-
Esgoto	1.429.236	-
	3.838.712	-

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos

Acionistas e Administradores da  
**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA**  
RECIFE - PE

1) Examinamos as Demonstrações Contábeis da **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA**, levantadas em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis.

2) Exceto no que tange ao mencionado no § 3; nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas de Auditoria e compreenderam: (a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de Controles Internos da Entidade; (b) A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto com as Notas Explicativas.

3) O Ativo Imobilizado não está suportado por controles internos adequados, tolhendo-nos de aplicar procedimentos de auditoria necessários para mensuração da exatidão do saldo da referida conta. A inexistência de tais controles, associada à falta de transferência sistemática de obras efetivamente concluídas registradas na conta de "Obras em Andamento" e como tal, não depreciadas, causam distorções no cálculo da Depreciação do Imobilizado em montante que não conseguimos precisar, fato que impossibilitou, aplicarmos procedimentos apropriados para aferição de sua exatidão, impossibilitando-nos de emitir opinião acerca desse saldo e de sua contrapartida contábil em contas de resultado.

4) Em nossa opinião, sujeitas aos reflexos dos ajustes decorrentes de medidas saneadoras dos assuntos tratados no § 3 as Demonstrações Contábeis referidas no § 1º, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA**, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio social e das origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade aplicados no Brasil, segundo a legislação societária.

5) Ações Judiciais em fase primária de discussão meritória, movidas pela Prefeitura da Cidade do Recife contra a Companhia, relativas a cobrança de Imposto Sobre Serviços - ISS, incidente em suas atividades, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 08, não foram registradas contabilmente em "Contingências Passivas Judiciais" porque entendem seus administradores que tais ações demandarão tempo e litígio devido à falta de doutrina aplicável a questão.

6) As referidas demonstrações contábeis foram elaboradas pressupondo-se que o Princípio Contábil da Continuidade seja mantido. Todavia encontra-se em fase de estudo e avaliação a possibilidade de municipalização mediante transferência por concessão do direito de exploração da prestação de serviço de fornecimento de água e esgotamento sanitário, atualmente a seu cargo, para a Prefeitura Municipal de Petrolina conforme Nota Explicativa nº 15. No cenário estadual de operacionalização de seus serviços há alguns municípios superavitários como é o caso de Petrolina, que absorvem e compensam os municípios deficitários, mantendo-se a viabilidade econômico-financeira, da Companhia. Com a concessão em tela, abre-se o precedente para outros municípios superavitários pleitearem o mesmo tratamento, ficando a cargo da COMPESA, somente os municípios deficitários, fato esse que afetará gravemente a continuidade normal dos seus negócios.

Recife-PE, 14 de Abril de 2003  
**AUDIMEC - Auditores Independentes S/C**  
CRC/PE 000150-0  
PETRÔNIO DE ARAÚJO PEREIRA  
CRC/PE 000738/O-6 RESPONSÁVEL TÉCNICO  
RAUL PEREIRA NETO  
CRC/PE 011159/O-6 - CONTADOR

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPESA**

**FERNANDO ANTONIO CAMINHA DUEIRE**  
Presidente CPF/MF 193.643.694-91  
**GUSTAVO DA MATA PONTUAL SAMPAIO**  
Vice Presidente CPF/MF 103.344.084-15  
**ROGÉRIO DE PAULA TAVARES**  
CPF/MF 331.852.987-72  
**HÉLIO DE OLIVEIRA E SILVA JÚNIOR**  
CPF/MF 081.215.084-87  
**MAURÍCIO DOMINGUES COUTINHO**  
CPF/MF 000.661.764-68  
**JOSÉ CARLOS DIAS E FREITAS**  
CPF/MF 002.417.174-34

**DIRETORIA DA COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA**

**EUGÊNIO MANOEL DO NASCIMENTO**  
P/ Diretor Presidente CPF/MF 148.883.944-15  
**ÁLVARO JOSÉ MENEZES DA COSTA**  
P/ Diretor de Gestão CPF/MF 140.115.494-87  
**FERNANDO DE CASTRO LOBO JÚNIOR**  
Diretor de Operações CPF/MF 327.860.344-34  
**ÁLVARO JOSÉ MENEZES DA COSTA**  
Diretor Técnico CPF/MF 140.115.494-87  
**EUGÊNIO MANOEL DO NASCIMENTO**  
Diretor Comercial CPF/MF 148.883.944-15  
**IVALDO JUSTINO DE LIMA**  
Gerente Econômico CPF/MF 080.904.834-53  
**ADILSON RAMOS DA SILVA**  
Contador CRC 015922-PE CPF/MF 686.144.544-49

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE PRODUÇÃO RURAL E REFORMA AGRÁRIA  
**COMPANHIA DE ABASTECIMENTO E DE  
ARMAZÉNS GERAIS DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO - CEAGEPE.**

Ficam os senhores Membros do Conselho de Administração da CEAGEPE, convocados para a Reunião do Conselho de Administração, a se realizar no próximo dia 05 de maio de 2003, na sede social da Companhia, situada na BR 101-Sul, Km 70, Edf. Administração Central 2º andar, na sala de reuniões, Curado, Recife-PE, às 17:00 horas, em primeira convocação, e às 18:00 horas, em segunda convocação, a fim de promover mudanças na Composição da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia.

**DR. GABRIEL ALVES MACIEL**

Secretário de Produção Rural e Reforma Agrária do Estado de PE  
Presidente do Conselho de Administração da CEAGEPE

**ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MAT. E  
INFANCIA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.**

CNPJ: 11.683.174/0001-12

Balanço Patrimonial.

Em 31 de Dezembro de 2002.

Valores expressos em reais.

ATIVO		
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e Bancos	1.048	
Outros créditos e valores	19.301	
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>20.349</b>	
<b>REALIZÁVEL EM LONGO PRAZO</b>		
Depósitos judiciais	8.087	
Valores a recuperar	37.572	
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL EM LONGO PRAZO</b>	<b>45.659</b>	
<b>PERMANENTE</b>		
<b>IMOBILIZADO</b>		
Bens em operação	1.407.191	
Bens imóveis	934.002	2.341.193
<b>INVESTIMENTOS</b>		
Títulos de capitalização	100	
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>	<b>2.341.293</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.407.301</b>	

PASSIVO		
<b>CIRCULANTE</b>		
Empréstimos	77.934	
Fornecedores	2.698	
Obrigações Trabalhistas	16.530	
Impostos a Recolher	2.128	
Salários a Pagar	57.739	
Outros Valores	794	
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>157.823</b>	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Superávit de Exerc. Anteriores	2.158.796	
Déficit Exerc. Anteriores	(50.443)	
Superávit de Exerc. Em Curso	33.192	

RESERVA PATRIMONIAL		
Convenio 370/2001-Minist. Da Saúde	79.106	
Convenio 461/2002-Minist. Da Saúde	28.827	
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.249.478</b>	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.407.301</b>	

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002.**

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
SUS/ SIA - AIH	2.571.248	
Outros Convênios	378.679	
Pacientes Particulares	32.687	
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>2.982.614</b>	
Custos c/ Hospitalização	(653.314)	
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>2.329.300</b>	
<b>DESPESAS/RECEITA OPERACIONAIS</b>		
Despesas Operacionais	(2.304.347)	
Receitas Operacionais	18.239	
<b>SUPERAVIT OPERACIONAL</b>	<b>43.192</b>	
Despesas Não Operacionais	(10.000)	
<b>SUPERAVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>33.192</b>	

Vitória De Santo Antão, 31 De Dezembro de 2002.

Mária Do Socorro Alvarez Mariz - Presidente.

Newton Ferrão de Albuquerque

Contador - TC - CRC/PE 2853 fone : 81-3227-7366/5346.

(68088)

**INDÚSTRIA NORDESTINA DE EMBALAGEM  
PLÁSTICA S/A - C.N.P.J. 08.265.605/0001-16**

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária no dia 30 de abril de 2003, às 16:00 (Dezesseis) horas, em sua sede social, na Rua João Meira Lins, nº 46, bairro São José, nesta cidade, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: A) Examinar as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31.12.2002; B) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2002; C) Eleição de membro da Diretoria; D) Outros assuntos de interesse geral. Recife, 16 de abril de 2003. José Dagoberto Lobo - Diretor.

**CIA. MERCANTIL E AGRÍCOLA - CNPJ nº  
10.788.784/0001-18 - AVISO E CONVOCAÇÃO DE  
ASSEMBLÉIA:** Achar-se à disposição dos acionistas, na sede social, na R. Nova, nº 225, sala 107, bairro de Sto. Antônio, Recife, PE, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social findo em 31.12.2002. Ficam convocados o Srs. acionistas a se reunirem em assembleia geral ordinária e extraordinária, a serem realizadas simultaneamente às 10h (dez horas) do dia 26/05/2003, no mesmo local, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: na AGO: a) aprovação dos atos da diretoria e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2002; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; na AGE: a) aumento do capital social e consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; b) outros assuntos de interesse dos acionistas. Lais Saboya Lopes Tavares de Melo - Dir. Presidente.

(67978)

(68012)

**CAULIM DO NORDESTE S/A - CNPJ nº  
09.933.219/0001-18. EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Ficam os Senhores Acionistas da **CAULIM DO NORDESTE S.A.** convocados a se reunirem na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada no dia 30 de abril de 2003, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, situada no Km 12,8 da Rodovia PE-60, município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. **Matérias relativas à Assembléia Geral Ordinária:** (i) Analisar e aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2002; (ii) Deliberar sobre os resultados da Companhia; e (iii) Estabelecer a remuneração dos Administradores da Companhia. 2. **Matérias relativas à Assembléia Geral Extraordinária:** (i) Deliberar sobre o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), com a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) novas ações sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,30 (trinta centavos) por ação, sendo assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência, na forma do artigo 171 da Lei nº 6.404/76; (ii) Alteração do artigo 5º do Estatuto Social em virtude do aumento do capital social da Companhia; e (iii) outros assuntos de interesse da Companhia. Ipojuca, 17 de abril de 2003. Amadeo Romaguera Neto - Diretor. (68013)

**FIACÃO ALPINA NORDESTE S.A., CNPJ nº  
04.010.150/0001-37, NIRE nº 26300011689. EDITAL DE  
CONVOCAÇÃO.** São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária**, a serem realizadas no dia 30 de abril de 2003, às 9:00 horas, em sua sede social, à Av. Dr. Rinaldo Pinho Alves, 1969 - Paratibe, Paulista - PE, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I - Assembléia Geral Ordinária - a) Exame do relatório da Diretoria, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/02; b) Destinação do resultado do exercício; c) Fixação dos honorários da Diretoria para o exercício de 2003; II - Assembléia Geral Extraordinária - a) Complementação do endereço da Sociedade; b) Abertura de Depósito Fechado, na cidade do Paulista; c) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Paulista, PE, 10 de abril de 2003. ANTÔNIO GRECO - DIRETOR PRESIDENTE. (68020)

**PROJETO PARTICIPAÇÕES E  
EMPREENHIMENTO S/A**

CNPJ 01.800.826/0001-06

AGO/AGE - 1ª CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os Srs. Acionistas para AGO/AGE a serem realizadas cumulativamente em 30/04/2003 às 15:00 horas, na sede social, na Avenida Barreto de Menezes, 697 - Sala B, Jaboatão dos Guararapes-PE, para os seguintes fins: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31.12.2002; 2) Deliberar sobre destinação do resultado do exercício, se houver; 3) Deliberar sobre o funcionamento ou não do Conselho Fiscal e se for o caso eleger os seus membros; 4) Demais assuntos de interesse da sociedade. Jaboatão dos Guararapes, 22 de abril de 2003. Paulo Fernando Queiroz de Figueiredo - Diretor Presidente. (68066)

**ASSOCIAÇÃO DAS RELIGIOSAS DA  
INSTRUÇÃO CRISTÃ**

AV. RUI BARBOSA, 1426 - AFLITOS

RECIFE-PE CEP.: 52050-000

CNPJ 10.847.762/0001-81

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(EM REAIS)

ATIVO	2002	2001
<b>CIRCULANTE</b>	<b>9.259.162,37</b>	<b>10.338.218,17</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>5.899.209,70</b>	<b>7.466.837,21</b>
Caixa	105.107,18	126.924,20
Bancos c/Movimento	1.266.039,96	1.121.597,32
Bancos c/Aplicações	4.528.062,56	6.218.315,69
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>3.359.952,67</b>	<b>2.871.380,96</b>
Mensalidade a Rec.	2.862.496,50	2.369.423,50
Adiantº a Fornecedor	60.547,98	78.528,58
Adiantº de Férias	48.841,72	
Contas a Receber	332.536,65	358.704,95
Almoxarifado	2.883,00	
Desp. Antecipadas	43.244,95	55.322,06
Depósitos p/Recursos	9.401,87	9.401,87
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>4.125,00</b>	
Leasing	4.125,00	
<b>PERMANENTE</b>	<b>57.300.196,82</b>	<b>54.641.742,90</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>57.300.196,82</b>	<b>54.641.742,90</b>
Imóveis	46.210.684,54	44.462.039,43
Veículos	934.848,17	918.338,17
Móveis e Utensílios	2.877.246,92	2.575.531,34
Ginásio de Esportes	715.404,97	715.404,97
Outras Imobilizações	7.375.400,98	6.407.964,68
(-)Deprec. Acumulada	(813.388,76)	(437.535,69)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>66.563.484,19</b>	<b>64.979.961,07</b>
<b>COMPENSAÇÃO GRATUIDADES</b>	<b>12.291.992,88</b>	<b>11.036.224,39</b>
Gratuidade Escolar	6.997.116,66	6.304.469,18
Obras Sociais e Assist	5.950.615,62	4.646.005,00
ISENÇÃO	1.046.501,04	1.658.464,18
Custo da Isenção- INSS	5.294.876,22	4.731.755,21
<b>TOTAL GERAL DO ATIVO</b>	<b>78.855.477,07</b>	<b>76.016.185,46</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.988.318,66</b>	<b>3.063.728,09</b>
<b>CURTO PRAZO</b>	<b>3.988.318,66</b>	<b>3.063.728,09</b>
Duplicatas a Pagar	316.624,99	129.995,29
Contas a Pagar	56.185,18	64.759,60
Obrig. Sociais a Pagar	484.451,60	287.345,75
Obrig. Fiscais a Recolher	72.701,25	76.976,06
Indenizações a Pagar	77.375,54	7.400,58
Convênios Médicos		928,82
Cheques a Comp.	6.289,70	11.605,62
Anuidades Antecip.	1.551.641,17	1.328.730,10
Provisões	1.423.049,23	1.155.986,27
<b>LONGO PRAZO</b>	<b>115.000,00</b>	
Imóveis a Pagar	115.000,00	